VIOLÊNCIA DO OPRESSOR E A VIOLÊNCIA DO OPRIMIDO:
RESPONSABILIDADE E (AUTO)CRÍTICA EM *K. – RELATO DE UMA BUSCA*

Lua Gill da Cruz¹

*A gente vai contra a corrente
Até não poder resistir
Na volta do barco é que sente
O quanto deixou de cumprir
Faz tempo que a gente cultiva
A mais linda roseira que há
Mas eis que chega a roda-viva
Roda viva - Chico Buarque*

Resumo: A história da ditadura civil-militar brasileira é ainda pouco veiculada e discutida, apesar de um esforço recente de desvendar as suas nuances e aprofundar seus debates na sociedade brasileira. De outra parte, as heranças do tempo passado no tempo presente e a necessidade de reparação continuam ainda tão atuais. A literatura, como forma de expressão artística, tem proposto leituras diversas desde o período do golpe militar até a contemporaneidade. O objetivo deste artigo é debater, a partir do texto literário de Bernardo Kucinski, *K. – relato de uma busca* (2011), as violências perpetradas durante a ditadura civil-militar brasileira, considerando conceitos como responsabilidade e crítica e autocrítica.

Palavras-chave: *K. – relato de uma busca*. Violência. Literatura brasileira contemporânea.

Abstract: Brazilian dictatorships' history it isn't extremely known and debated, until the current days, although there is a recent effort to discover its nuances and to expand its debates in the Brazilian society. In other hand, the past legacy is alive in the present and the compensation is still needed. The literature, as an artistic expression form, has proposed different kinds of interpretations since the military coup to the contemporaneity. This articles' goal it is to debate, from the literary work of Bernardo Kucinski, *K. – relato de uma busca* (2011), the perpetrated violence during the Brazilian dictatorship, considering concepts such as responsibility, critique and auto critique.

Keywords: *K. – relato de uma busca*. Violência. Brazilian contemporary literature.

¹ Doutoranda do Programa de Teoria e História Literária da Universidade Estadual de Campinas e orientada pelo Prof. Márcio Seligmann-Silva (Unicamp); Mestre pelo mesmo programa; Graduada em Letras Português/Francês e suas respectivas literaturas pela Universidade Federal de Pelotas; e-mail para contato: luagillc@gmail.com.

O contexto se conhece: o mundo encontrava-se dividido em dois grandes blocos, os capitalistas capitaneados pelos Estados Unidos e os comunistas pela União Soviética². No Brasil, em 1964, dá-se o golpe militar, com a “motivação” de “impedir o comunismo de ser implantado no Brasil”³ (sic). Ainda que se saiba que a realidade e a história não podem ser assim reduzidas ou simplificadas, havia, e ainda há, de alguma forma, uma tendência a polarizar, sem nenhum tipo de cuidado, as relações de poder, no que tange ao violento período ditatorial brasileiro. Contrariando-se a uma lógica simplista ou maniqueísta de leitura do passado, este artigo tem como objetivo debater, a partir do olhar do presente, distanciado, mas contextualizado evidentemente, questões como responsabilidade, violência, crítica e autocrítica no período ditatorial brasileiro, a partir da leitura da obra de Bernardo Kucinski, *K. – relato de uma busca* (2014).

No contexto da ditadura civil-militar brasileira há, de um lado, por parte do Estado, uma vontade de apagamento do passado e de relativização da violência perpetrada pelo aparelho repressor brasileiro. Da parte da violência do opressor⁴ fica clara a escolha de silenciar as milhares de perseguições, de tortura, de prisões arbitrárias, de mortes: um massacre. De outro, por parte de familiares de mortos e desaparecidos, há uma exigência de verdade, de justiça e de reparação que não caia no maniqueísmo proposto pela Lei da Anistia⁵, cuja

² Este artigo se baseia no capítulo IV da dissertação de mestrado intitulada *(Sobre)viver: luto, culpa e narração na literatura pós-ditatorial* e apresentada ao Programa de Teoria e História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, no ano de 2017, sob orientação de Márcio Seligmann-Silva.

³ Entrevista com o Carlos Brilhante Ustra, realizada pela Zero Hora. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/pagina/coronel-ustra.html>. Acesso em: novembro de 2015.

⁴ Utilizo aqui a denominação dada por Jacob Gorender em *Combate nas trevas* (1987).

⁵ A Lei da Anistia 6.683/79 de agosto de 1979 foi assinada ainda no governo de Figueiredo e concedia anistia a todos que cometeram crimes políticos, crimes eleitorais e aos que tiveram seus direitos políticos suspensos. Foi promulgada ainda no governo militar e teve um papel de proteger as forças armadas incluindo aqueles que “cometeram crimes políticos ou conexos com estes”.

base argumentativa situa os militantes de oposição e agentes da repressão lado a lado, afirmando que houve no Brasil “uma guerra”, na qual os dois “cometeram excessos” (sic). Primo Levi, referindo-se ao contexto da *Shoah*, já afirmava sobre a relação entre opressor e vítima que “os dois estão na mesma armadilha, mas é o opressor, e só ele, quem a preparou e fez disparar e, se sofre com isto, é justo que ele sofra” (2004, p.20). Ainda assim, não é possível pensar as esquerdas brasileiras, principalmente aquelas que optaram pela luta armada, em uma posição passiva apenas, mas é necessário apontar para a sua contribuição - ainda que não comparável - no contexto da violência da época. É preciso “escovar a história a contrapelo”, nos termos de Walter Benjamin, também nesse sentido.

O debate na produção artística acerca das violências, entretanto, não se iniciou na contemporaneidade, já havia uma série de obras produzidas durante o período ditatorial, ou logo após seu fim, que apontavam para a inevitabilidade da discussão. Um grande exemplo é a obra de Renato Tapajós, ex-guerrilheiro, *Em câmara lenta* (1977), escrita dentro do cárcere da ditadura e contrabandeada em fragmentos, entre os anos de 1969 e 1974. Em paratexto que antecede a obra, chamado “o autor por ele mesmo”, Tapajós define que “o romance é uma reflexão sobre os acontecimentos políticos que marcaram o país entre 1964 e 1973 e, mais particularmente, entre 1968 e 1973”. Mas é

sobretudo, uma discussão em torno da contradição que se colocou para os militantes, em determinado momento, entre o compromisso moral e as opções políticas que se delineavam. É claro que o romance também é uma denúncia da violência repressiva e da tortura, porque ninguém pode escrever com um mínimo de honestidade sobre política em nosso país, nesse período, sem falar de tortura e de violência

policial (TAPAJÓS, 1977, p.X).

Entre um “balanço e uma autocrítica”, o autor ressalta a necessidade de se pensar para além do binarismo anteriormente colocado sem esquecer a importância da denúncia da violência policial e da tortura. O início da narrativa: “é muito tarde. A imagem já se perdeu no tempo, mas está bem viva” (TAPAJÓS, 1977, p.13), assim como a obra de Kucinski, mostra o período de escrita *après-coup*, atrasada em relação ao trauma, o qual encontra-se, ainda assim, “bem vivo”. O autor teve a irmã desaparecida no período da ditadura civil-militar e procurou cinquenta anos depois, por meio da ficção literária com forte teor testemunhal, contar a sua tragédia familiar. O livro narra a história do pai K., um velho judeu, na busca incansável por sua filha A., desaparecida em 1974, junto de seu marido. A sua procura se estrutura como um fio condutor para a inserção de outras histórias e de outras vozes narrativas, seja de personagens ficcionais, ou reais, como o Delegado Fleury, por exemplo. Nessa diversidade de espaços e tempos, percebe-se um país de vivências sociais e pessoais marcadas por um governo autoritário e violento.

A violência do opressor: crítica ao Estado ditatorial

A crítica ao aparelho repressor do Estado ditatorial brasileiro, na obra de Kucinski, parte principalmente, da experiência subjetiva e individual dos personagens frente ao sistema e à violência cotidiana. A avaliação atravessa, em primeiro lugar, a circunstância extremamente violenta de desaparecimento de A. e de seu marido, bem como seus companheiros. A descrição, na obra K., sobre o Estado, ainda nas primeiras páginas, é clara: “O Estado não tem rosto nem sentimentos, é opaco e perverso, sua única fresta é a corrupção. Mas às

vezes até essa se fecha por razões superiores. E então o Estado se torna maligno em dobro, pela crueldade e por ser inatingível” (KUCINSKI, 2014, p.16-17).

Há, já no início da obra, uma ambientação no contexto ditatorial. Os personagens são confrontados com um contexto extremamente autoritário e repressor, no qual o medo passa a ser central na forma das relações sociais. Assim que K. procura a filha na Universidade de São Paulo, onde trabalhava, depara-se com a atmosfera autoritária ao conversar com as amigas e colegas de A.: “desconhecidos andaram perguntando por ela, sabe? Há gente estranha no campus. Anotam chapas de carros. Eles estão dentro da reitoria. Eles quem? Não souberam responder” (KUCINSKI, 2014, p.16).

O caráter contingente das instituições é também essencial no confronto dos personagens com a repressão. Os sentidos anteriores do que era direito, justiça, lei, polícia, segurança, ou até mesmo universidade não são mais os mesmos e estendem o sistema de exceção. Nesse primeiro momento de busca da filha, K. confronta-se com a possibilidade de “eles” estarem dentro da própria instituição e tal circunstância é confirmada no capítulo “A reunião da congregação”, em que colegas de A. decidem sobre a definição da sua condição como professora na universidade e discutem, a partir da exigência da Universidade, que a congregação aprove sua demissão por “abandono de posto”. Para a construção do capítulo, o narrador afirma que há um “exercício de imaginação” no qual, baseando-se apenas na ata da reunião, descreve a fala dos colegas de A., bem como o que estariam pensando durante as proposições. Em uma espécie de julgamento moral e legal, a criação literária indica que os professores, de uma parte, culpabilizam a colega pelo acontecido, inclusive criticando a sua posição de resistência, e de outro, alguns deles, sentem-se acua-

dos de defender que a Universidade se manifeste, cobre o paradeiro da professora e que eles, nessa posição, admitam o que aconteceu.

A mesma opressão que calava estende-se, ainda, para além da Universidade. Os personagens devem lidar com a estrutura mais diretamente relacionada ao poder estatal, ou seja, a relação com a “justiça” e com a polícia. Na busca pela filha, K. vai até a polícia para obter informações, mas os policiais negam e afirmam que não podem nem ao menos ajudar ou saber se o desaparecimento tem alguma relação com a política. O policial afirma: “Procurar? Não, a polícia tinha mais o que fazer” (KUCINSKI, 2014, p.18).

A tortura e o desaparecimento eram práticas rotineiras e sistemáticas dos órgãos repressivos. Todos que eram incluídos na denominação “subversivo”, ou “terrorista”, deviam ser eliminados ou neutralizados. Na obra de Kucinski, a justificativa para que não possa realizar o luto, por parte de um rabino e por parte do dono de uma gráfica que o impede de imprimir um livro em homenagem à filha, é a mesma: “mas ela não era comunista?”. A explicação para a sua morte é também essa: os “terroristas” perdem o direito de proteção do Estado, ao contrário, aqueles que se opõe devem ser mortos.

Mas quem eram os “comunistas” ou os “subversivos”? De acordo com o livro *Brasil: nunca mais* (BNM) (1985), as atividades majoritariamente visadas pela repressão estatal eram as atividades de apoio ou participação no governo Goulart, a realização de ‘propaganda subversiva’ e as críticas e ataques a autoridades. As denúncias se referiam a cidadãos como ‘comunistas’ ou aliados do comunismo e a suspeita de subversão estendia-se a familiares ou amigos das pessoas procuradas, de forma extremamente arbitrária. A pesquisa acrescenta que o “raciocínio continha uma lógica primitiva: subverter é tentar transformar o que hoje existe; como o regime atual representa a von-

tade da Nação, tentar mudá-lo é, pois, delito. E todo delito merece punição (A. DE SÃO PAULO, 1985, p.159).

A obra de Kucinski também demonstra que todos aqueles inseridos na lógica apontada pelo BNM passavam a ser ‘alvos’ do aparelho repressor, como A.. O título ‘subversivo’ é o suficiente para a necessidade de aniquilação. De acordo com Safatle:

O totalitarismo é fundado nesta violência muito mais brutal do que a eliminação física: a violência da eliminação simbólica. Neste sentido, ele é a violência da imposição do desaparecimento do nome. No cerne de todo totalitarismo, haverá sempre a operação sistemática de retirar o nome daquele que a mim se opõe, de transformá-lo em um inominável cuja voz, cuja demanda encarnada em sua voz não será mais objeto de referência alguma. Este inominável pode, inclusive, receber, não um nome, mas uma espécie de ‘designação impronunciável’ que visa isolá-lo em um isolamento sem retorno. ‘Subversivo’ [...]. A partir dessa designação aceita, nada mais falaremos do designado. (2010, p.238).

Os agentes da repressão praticaram atos e crimes de tortura e homicídio sob a guarda do Estado e como estrutura de política pública e nacional. É interessante pensar aqui que, ainda que estejam tratando de um Estado de exceção em que tudo era permitido perante a lei, tais agentes agiam na “ilegalidade”. Arantes (2010) afirma, utilizando-se da leitura de Edson Teles, que “a ditadura, por assim dizer, localizou o *topos* do indecível na exceção, a um tempo dentro e fora do ordenamento jurídico, tanto na sala de tortura quanto no desaparecimento forçado” (p.208). Safatle também afirma que a legalidade era reduzida à aparência, de forma que às vezes era necessário parecer “legal”, enquanto em outros momentos, a conveniência apontava para a suspensão da lei.

Um capítulo interessante sobre tal tema é intitulado “A terra

parou”, no qual K. senta-se ao lado do rádio esperando por notícias de sua filha. O presidente havia anunciado que o ministro da Justiça, Armando Falcão, apresentaria o paradeiro dos desaparecidos, depois de seis meses da entrega da lista de 22 desaparecidos pelo Cardeal Arcebispo. Quando inicia a lista, K. percebe que “em vez de vinte e duas explicações, vinte e sete mentiras. Eis que, ao final, aparece uma referência à filha de K.. Dela, diz o comunicado, assim como do marido e dois outros, não há nenhum registro” (KUCINSKI, 2014, p.67). Ainda que o Estado estivesse legalmente amparado para prender a filha de K., é na ilegalidade que se dá a “caça aos comunistas”, confundindo, enganando e garantindo que a sociedade também não se voltasse contra o Estado.

O teatro montado para enganar o pai também se dá perante a Justiça Militar, a partir de um tribunal que se apresenta com seu caráter contingenciado. No capítulo “Os extorsionários”, K. depara-se com o julgamento de militares que o extorquiram durante a busca pela filha. Ele nem ao menos sabia da existência dos Tribunais Militares, que, de acordo com a Comissão Nacional da Verdade, a partir dos atos institucionais (AI) passaram a ter um espaço privilegiado no contexto da justiça nacional e assumiram a atribuição de julgar crimes contra a segurança nacional cometidos por civis, de maneira que desempenharam um papel fundamental nas execuções, perseguições e punições políticas pela ditadura.

Eventualmente, o pai percebeu que não estava lá para darem notícias de sua filha. Apesar disso, K. não desiste, pois este era o seu primeiro contato com a justiça formal (e único) e sua única possibilidade de questionamento. Diante de um tribunal de farsa, o testemunho nunca é de fato ouvido e a única possibilidade que resta a K. é questionar, ao fim do julgamento, onde está a filha, repetidamente e

aos gritos. O coronel responde como o sistema responderia: com repressão e negação, ao afirmar que nunca houve nenhum civil detido em dependências militares e colocar o pai desesperado para fora.

A tortura psicológica que o pai sofre em todos esses momentos é intensificada durante a busca, na qual, propositalmente, o aparelho repressor o leva a lugares, apresenta e cobra informações falsas, envia informantes e assim por diante. Um capítulo que *amarra* as informações que K. recebeu ao longo do tempo intitula-se “A abertura”, no qual o leitor tem acesso à voz de Fleury em diálogo com outro colega. O capítulo divide em tempos diferentes as ações consecutivas da tentativa de prender K. na teia que armam e é interessante porque, a partir da própria voz narrativa dos militares, o autor insere uma série de questões relativas à estrutura do aparato estatal: como recebiam a resistência de K. na busca pela filha, a ciência da ilegalidade de suas ações, a relação direta da ditadura brasileira com a diplomacia norte-americana, etc. O capítulo mostra como todas as notícias ou informações dadas a K. se tratavam do próprio sistema de poder na tentativa de confundi-lo e fazê-lo desistir da busca.

A crítica, como disse anteriormente, perpassa o filtro da experiência individual, mas não esquece ou ignora o contexto maior em que se insere. Neste capítulo, por exemplo, o narrador aponta para uma série de questões da esfera macrossocial que interessa, mas que está relacionada à experiência do personagem K., em primeira instância, mas também do próprio Kucinski. As narrativas tampouco eximem-se da necessidade de responsabilização daqueles que perpetraram as violências de Estado. Não há dúvida sobre quem recai a culpa.

Violência do oprimido: autocrítica e derrota das esquerdas

Percebe-se um tabu no que tange ao papel das esquerdas - e aqui utilizo o plural por entender que não se pode agrupar os grupos em um bloco unívoco e totalizante⁶ - na violência que praticaram. Jacob Gorender, também guerrilheiro, em *Combate nas trevas*, afirma que não se pode pensar a esquerda no papel de vítima passiva. Grande parte dos grupos de oposição à ditadura civil-militar adotou a luta armada. O autor lembra que as organizações de esquerda praticaram: “atentados a bombas e armas de fogo, assaltos a bancos, seqüestros de diplomatas e de aviões, matança de vigilantes, policiais e elementos das Forças Armadas, justicamento de inimigos, guerrilha urbana e rural” (1998, p.235). Isso não quer dizer, entretanto, que se deva igualar as duas violências, como se as culpas também se compensassem. Na mesma linha de Primo Levi, citado acima, Gorender afirma que: “a violência original é a do opressor, porque inexiste opressão sem violência cotidiana incessante. A ditadura militar deu forma extremada à violência do opressor. A violência do oprimido veio como resposta” (1998, p.235).

Marcelo Ridenti, em *O fantasma da revolução brasileira* (2010), afirma que muitos ex-guerrilheiros entrevistados em sua pesquisa chamam atenção para o fato de que

a luta armada nos anos 1960 só pode ser entendida naquele momento histórico preciso, o que nem sempre teria ficado claro em alguns livros de memória de ex-guerrilheiros que, ao ver o passado com olhos de hoje, teriam desfigurado ou tornado incompreensível a mobilização de tantas vidas naqueles projetos revolucionários (2010, p.57).

⁶ Cf. RIDENTI (2010); GORENDER (1998); GASPARI (2002), entre outros.

É neste contexto, extremamente específico, de resistência e resposta à violência ditatorial e de total polarização do mundo com um todo, bem como de crença nas possibilidades reais de uma revolução (como Cuba, por exemplo), que se insere a escolha pela luta armada. Vladimir Safatle (2010) é incisivo ao afirmar que “toda ação contra um governo ilegal é uma ação legal. Um Estado ilegal não pode julgar ações contra si por ser ele próprio algo mais próximo a uma associação criminosa” (p.245), ou seja, um governo só é legítimo para julgar quando se funda na legalidade e na vontade soberana de um povo livre. Se sob o filtro e o julgamento do presente, para alguns, a opção parece um “suicídio coletivo”, ou uma “loucura coletiva”, como define Kucinski, por exemplo, no momento histórico particular, uma série de fatores levou milhares de jovens a decidir por pegar em armas como forma de resistir e entregar, inclusive, a própria vida em busca de um sonho.

Na avaliação do presente sobre o passado, o narrador, nesse tempo distanciado, imputa aos guerrilheiros a incapacidade de perceber, naquele momento, que a derrota era evidente. Em *K.*, há trechos da obra na qual o narrador, assinalando o tempo da escrita, *comenta* os acontecimentos do passado a partir dos desdobramentos posteriores, indicando a impossibilidade de uma imparcialidade da narração, ainda que pretendida. Tal comentário perpassa a vontade de um irmão de salvar a sua irmã, ou de imaginar, ao menos, como poderia ter se salvado. No trecho “A queda do ponto”, o narrador desloca-se do tempo da narrativa para a avaliação posterior:

A solução teria sido simples. Teria bastado aceitar a derrota e suspender a luta. Recolher tudo. Poupar-se para embates outros, no futuro. [...] Reconhecer a derrota. Pronto, acabou. Perdemos. Não tem mais luta. Queimar os papéis, abandonar os planos, des-

truir as pistas, ignorar todos os pontos, não atender ao telefone. Cortar os contatos. Mas vão se passar décadas até os raros sobreviventes admitirem em retrospecto que a única saída era aceitar a derrota (KUCINSKI, 2014, p.25).

Como uma terceira pessoa que avalia a cena de longe (no tempo e no espaço), o narrador apresenta o que seria, para ele, nesse momento histórico, o certo a fazer. Acontece que A. não estava dotada das mesmas informações, da mesma avaliação, e nem ao menos dos mesmos preceitos éticos e morais.

A morte, para a moral da guerrilha – também na obra de Tapa-jós –, era uma contingência própria da luta armada, ao contrário do que espera o irmão que tenta salvar a irmã. Hugo Vezzetti, em *Sobre la violencia revolucionaria* (2009), referindo-se ao contexto da militância guerrilheira argentina, indica que é só a partir de um reconhecimento de uma fratura entre passado e presente que se podem reabrir as discussões sobre as condições e os ideais que conjugavam a militância revolucionária. Vezzetti afirma que, num contexto supostamente de guerra, há uma configuração subjetiva e moral que funda a comunidade de guerrilheiros: a *confraternização* do perigo, a união aos camaradas, os laços de lealdade, e por fim, a própria capacidade de sacrifício pessoal que vence a morte individual por meio da doação da vida (2009, p.132).

De acordo com o argentino:

O *topos* é conhecido nas narrações épicas: a “morte bela” é a vitória final do herói sobre seus inimigos moralmente inferiores. Morrer combatendo é a culminação da moral do guerreiro [...] A condição que torna aceitável sua decisão de matar baseia-se no fato que ofereceu sua própria vida por antecipação “Vocês estão todos mortos” é a única promessa

que Che Guevara fazia (VEZZETTI, 2009, p.136)⁷.

A visão heroica perpassava, portanto, o sacrifício, ainda que em 2010 não queira admitir o irmão que conta a história de A. e que ali retoma a vontade de salvá-la. Está aí quem sabe uma das maiores diferenças na literatura contemporânea: a possibilidade de a narração ser construída com base na visão daquele que sobreviveu e que se modificou ao longo do tempo, (re)avaliou, supriu-se de informações sobre o momento, enquanto aqueles que morreram não tiveram esse direito⁸. O que o presente permite aos sobreviventes é a possibilidade (auto)criticar a retórica da revolução a todo custo.

Uma das questões polêmicas da narrativa centra-se exatamente no fato de que a construção de Kucinski não apenas desloca-se a partir da narração heterodiegética para o presente, mas também imputa à voz de A., guerrilheira, a noção da deserção. O único momento em que o leitor tem acesso à voz de A. é a partir de uma carta, na qual ela se dirige a uma amiga sobre o momento atual e seu contexto de atuação na resistência. O tom da carta é de questionamento sobre a continuação da guerrilha, as possibilidades de atuação, ou até mesmo o porquê do seu comprometimento. A. questiona-se: “às vezes eu me pergunto: por que tudo isso? Não sei se é paranoia, mas sinto um perigo me rondando. Todo dia prendem alguém no campus” (KUCINSKI, 2014, p.47) ou, ainda, sobre a possibilidade de saída, “Como sair disso? Não sei como sair, só sei que, se antes havia algum sentido no que fazíamos, agora não há mais” (KUCINSKI, 2014, p.47).

A verdade é que estar “sem perspectiva de nada”, como afirma

⁷ Tradução da autora.

⁸ Isso não quer dizer que antes da literatura contemporânea não houvesse um debate sobre a derrota e a impossibilidade da continuidade da luta armada frente a repressão e violência do Estado brasileiro. Ridenti (2010) lembra, por exemplo, das obras de Antonio Callado, ou de Tapajós, que citei anteriormente.

a personagem, é de fato uma visão do presente que entende que naquele momento a derrota já estava dada. Eram centenas de militantes presos e desaparecidos, milhares de torturados e os grupos se isolavam ainda mais na tentativa de sobrevivência. Gorender afirma que ao final do ano de 1969, a ALN (grupo a que pertencia a Ana Rosa) e a VPR concluíram que o comprometimento com a luta armada estava acertado frente ao endurecimento completo da ditadura civil-militar com o AI-5. Naquele momento, “nas trevas da clandestinidade, não havia resposta possível que não a do combate pelas armas” (1998, p.153). Coube a ALN o sustento da guerrilha urbana até o final. A. não sabia disso e desconhecia os destinos das guerrilhas e de seus militantes, mas a construção de sua personagem só existe a partir do conhecimento posterior dos dados históricos e das avaliações da derrota.

Outro aspecto bastante polêmico na narrativa remete à construção de outra carta ficcionalizada, na qual dois guerrilheiros debatem o justicamento dentro das organizações de esquerda. A prática de justicamento refere-se “à execução capital como ato de justiça revolucionária” (GORENDER, 1998, p.237). No capítulo, há uma crítica posterior por parte de um guerrilheiro, Rodriguez, que compunha as fileiras da luta armada. Rodriguez escreve a Klemente, um dos comandantes da ALN, ao final da ditadura, exigindo um exercício de autocrítica por parte do grupo. Diante da morte de muitos companheiros, da falta de perspectiva da luta armada e da impossibilidade de redefinição dos objetivos, Rodriguez, assim como A., não vê perspectiva:

Tínhamos de ter analisado, feito a autocrítica, reconhecido que estávamos isolados. Talvez ainda desse para preservar muitas vidas. Em vez disso, decidi-

mos lutar até o fim, mesmo que não desse em nada. Ali começou a insanidade [...] No fundo, entramos no jogo da ditadura de nos liquidar a todos. (KUCINSKI, 2014, p.177).

O autor insere na carta uma série de questões importantes sobre a autocrítica (majoritariamente atual): o isolamento, o distanciamento da realidade objetiva e dos movimentos sociais, a diminuição das ações políticas e o “suicídio coletivo”, ou seja, uma espécie de obsessão com a luta armada sem que fosse feita uma reavaliação sobre o seu andamento. De acordo com o guerrilheiro, “a luta armada tinha se esgotado” e o grupo não havia sido capaz de perceber naquele momento a necessidade de abandoná-la. A alienação também partia de uma própria estrutura da sobrevivência que mantinha os militantes presos, sem conseguir dialogar com outros segmentos da sociedade e escondidos, como forma de proteção da própria vida.

O medo gerava ainda outra questão: a insegurança frente às mortes. Passavam a duvidar de todos e de tudo, imaginando traidores em todos os lugares e suspeitavam de “infiltrações” ou de “traidores”. Essa dinâmica de insegurança e de autodestruição gerou, portanto, os casos de justiçamentos a que se refere a narrativa literária.

Foi você o principal participante da reunião que decidiu pelo justicamento do Márcio por suspeita de que ele era o traidor. As últimas quedas provam o que nós já desconfiávamos: o Márcio não era o informante. Ele foi executado porque havia pedido à coordenação que o deixasse se afastar. A organização mentiu no comunicado. Márcio não foi executado para resguardar a Organização. Foi executado para dar um recado, quem vacilar vai ser julgado como traidor. Ele não havia cometido crime algum. (KUCINSKI, 2014, p.179).

Para Rodriguez, ao julgar Márcio⁹ daquela forma, os militantes haviam “incorporado o método da ditadura”, de condenar à morte sem prova ou sem crime tipificado.

O justicamento é um dos maiores tabus dentro do debate sobre a configuração da organização das esquerdas durante o período da luta armada. São poucos os trabalhos que debatem o assunto e enfrentam o incômodo de tentar avaliar também o papel das guerrilhas na violência perpetrada. Para Gorender, o debate sobre os justicamentos está relacionado a uma moral revolucionária, isto é, ainda que seja difícil estabelecer os limites e as distinções da violência na prática guerrilheira, “a violência revolucionária não deve ir além do necessário à anulação da violência do inimigo”. Gorender relata apenas quatro justicamentos por traição entre 1971 e 1973, os quais foram objeto de tensões e divergências políticas dentro das próprias organizações e dos grupos de esquerda. Ainda que se trate de um número pequeno, não escusa a necessidade de debate. A justificativa para tal prática estava centrada na própria lógica de sobrevivência: cada vez mais grandes quadros da guerrilha eram dizimados e sentiam-se acuados e perseguidos. A fronteira era de uma anomia brutal, na qual tudo podia acontecer e a realidade e não-realidade não estavam estabelecidas em linhas tão claras.

Um dos principais trabalhos sobre a questão, *Sobre la responsabilidad: no matar* (2008), é uma compilação de textos sobre a repercussão de uma entrevista realizada com Hector Juvé e a resposta subsequente de Oscar del Barco sobre o tópico do justicamento. A entrevista inicial de Juvé, publicada em 2004, citava casos de justicamento na guerrilha “del Che”, antes mesmo da ditadura, no início

⁹ O nome utilizado por Kucinski é o mesmo de um caso de justicamento real, Márcio Leite Toletto, perpetrado na organização Aliança Nacional Libertadora (ALN), da qual Ana Rosa Kucinski fazia parte.

dos anos sessenta. Del Barco responde que tomou consciência da gravidade trágica do que ocorreu em tal guerrilha e percebeu, portanto, que ao ter apoiado as atividades de tal grupo, era também responsável pelos assassinatos. Para o ex-guerrilheiro, não há justificativas, causas ou ideais que os torne inocentes, ou que os exima de culpa.

O argumento centra-se exatamente na premissa ética e moral, acima de tudo, do “não matarás”. Del Barco vai além, ao afirmar que, nesse sentido, se poderia utilizar a “teoria dos dois demônios”, se considerarmos que demônio é aquele que mata, que tortura ou que faz sofrer intencionalmente. Ainda que deixe claro que não pretende igualar as violências, esse é o argumento que as respostas mais procuram desconstruir.

O mérito da carta de Del Barco está, para mim, assim como em K., na abertura para um diálogo que seja da verdade e da justiça, de fato, e no cuidado com uma reflexão de autocrítica das esquerdas. O preceito “não matarás” é, e deve continuar sendo, um decisivo princípio ético humano. Me parece, entretanto, infeliz o comentário acerca da “teoria dos dois demônios”, em que se baseia Del Barco. Em primeiro lugar porque se relaciona com o argumento da direita para igualar as violências (como no caso da Anistia, por exemplo); além disso, porque desconsidera as contingências históricas em que se construíram as guerrilhas na década de sessenta e setenta.

A verdade é que as figuras dos justicamentos fazem parte de uma história que é negada, não só pela história oficial, mas também pelos próprios grupos armados. Nesse sentido, Vezzetti (2009) afirma que o testemunho de Jouvé possibilitou incorporar uma dimensão de dívida com o passado apagado e de lembrar essas outras vítimas também invisíveis. Não basta, portanto, dizer que os crimes da dita-

dura não são comparáveis àqueles impostos pelas guerrilhas, mas, a partir de uma perspectiva do presente, também se mostra necessário pensar em uma nova produção da memória escrita que parta de outras construções da narrativa histórica

As críticas – e a obra de Kucinski, em especial – questionam: diante de uma anomia total e da inexistência de parâmetros para o Estado, como podem, portanto, existir para o cidadão? Todas as referências e instituições, agora em caráter contingencial, se perderam. Primo Levi, em *Afogados e sobreviventes*, anuncia: “A pressão que um moderno Estado totalitário pode exercer sobre o indivíduo é tremenda” (2004, p.24).

Outro trecho de K. em que a questão do justicamento é abordada é o capítulo “Dois informes” no qual há, inicialmente, a transcrição de um informe de uma ata de reunião de um grupo revolucionário, no qual um relator está presente para entregar informações ao aparelho repressivo logo após. Nesta reunião, o delator de fato apoia, inclusive, sob ordens, o justicamento de um *presumido delator*. Ao sair da reunião, o “traidor” reflete sobre os caminhos que o levaram àquela situação, lembra-se dos “rostos agoniados” e do medo que sentia em ser desmascarado e justicado. O delator não sabia o que fazer para sair daquela situação, assim como A. e Rodriguez. Ao final do capítulo, sabemos que o delator apenas atua como infiltrado porque tinha muito medo do “chefe” depois de uma intensa sessão de tortura em que concordou em mudar de lado. Decide, portanto, não entregar o relatório completo, afirmando que a reunião não havia acontecido, de forma a proteger a si mesmo e aos outros. Em uma circunstância de muito pavor, “inventava, aflito, a explicação para o rosto afogado e o suor que lhe escorria pela testa” (KUCINSKI, 2014, p.95). O medo, de todos os lados, é o que justifica as ações. A

necessidade e a vontade de sobreviver, tanto por parte do delator, quanto por parte dos militantes é essencial na crítica da violência não apenas das esquerdas, mas principalmente do aparelho repressor.

Em *K.*, a narrativa defende que a falta de autocrítica, a culpa e a escassez de informações fazem com que paguem com a vida os militantes que lutavam por uma mudança no sistema político e econômico do país. Essa defesa, entretanto, parte de outro tempo histórico e perspectiva que se sobrepõe, e se constrói a partir de uma narração que dirige o olhar para um lugar que anteriormente não era possível. É a partir da construção das cartas em *K.* em um tempo em que é - agora - possível fazer a autocrítica e que há uma série de outras informações, que a literatura consegue tensionar debates que a história não conseguia, ou ao menos evitava. A criação literária possibilita uma contraposição da história oficial, inclusive da parte da militância de esquerda, de forma que as mortes anteriormente silenciadas reapareçam.

Outra perspectiva para a lógica binária

Apesar de ter dividido o texto inicialmente em “violência do opressor” e “violência do oprimido”, as fronteiras, na obra literária e no debate proposta não são tão fixas. *K. – relato de uma busca* se insere em uma nova perspectiva de leitura dialética na qual não serão apresentadas apenas duas perspectivas estanques - a história contada pelos militares e aquela contada pela esquerda - porque elas se entrecruzam de maneira a reforçar que novas formas de leitura do passado não são só possíveis, mas necessárias.

Já em *Que bom te ver viva* (1989), a personagem de Irene Ravache questiona o lugar destinado ao sobrevivente como “herói” ou

“mártir”, uma visão romantizada da guerrilha, que é negada pelo testemunho das mulheres no filme. De acordo com Bezerra (2015), a obra de Murrat mostra que uma realidade complexa não pode ser resolvida a partir de uma lógica maniqueísta, exatamente porque parte do cotidiano dessas mulheres e da necessidade de encontrar formas de lidar com o passado traumático e continuar vivendo. As contradições perpassam a negação de ser uma “vítima da resistência heroica em nome da democracia”, e questionam não só a violência ditatorial quanto o próprio posicionamento das esquerdas na expulsão, por exemplo, de alguns membros que teriam entregado informações sob tortura.

Os principais personagens do texto literário também têm o seu caráter heroico questionado pela narração, na qual não cabe mais um *modelo* revolucionário e guerrilheiro no qual se apoiar, mas a sensação de que em todos habitam as contradições do próprio sistema em que vivem. Em *K.*, é evidente o caráter de questionamento da figura revolucionária, seja a partir dos justicamentos, como apontei acima, mas também a partir da própria personagem A., cuja crítica e dúvida é base da sua atuação guerrilheira.

A literatura contemporânea recusa a épica da heroização, a qual sinalizava um dos recursos das narrativas de resistências da década de 1960, em que

os processos de heroização atingem particularmente a figura do militante, e de maneira ainda mais singular a do guerrilheiro, que uma vez morto pelas forças coercivas que atuam como braço armado do estado de exceção tem a imagem do momento de sua morte e a imagem do seu cadáver transformada em representações do sacrifício heroico, da morte por uma causa justa (PANTOJA-SARMENTO, 2014, p.8).

Nenhum dos personagens parece estar de fato disposto a aceitar a premissa de que “o revolucionário dispõe de sua vida” em nome de um ideal. O personagem delator a que me referi antes, em *K.*, também decide proteger sua vida, ou o que restava dela, em detrimento de seus ideais. O personagem tinha tanto medo do “chefe”, ou seja, da tortura novamente por parte do aparelho repressor, quanto dos grupos guerrilheiros e de seus justicamentos. Mesmo enfrentando a possibilidade de morte, decide proteger os companheiros e a si mesmo. Essa figura do traidor ou do delator reaparece também em *Os visitantes*¹⁰ (2016), em que o autor recebe a visita de Manuel Alves, o Mané, um crítico literário e ex-guerrilheiro. Mané foi queixar-se sobre a inclusão do seu personagem como “aquele que entregou mais de trinta”¹¹. As pessoas que o conhecem sabiam que se tratava dele, e estava envergonhado de tal descrição, também porque assim que foi solto procurou as pessoas que entregou sob tortura (dezoito, na verdade) e pediu desculpas. Kucinski tenta justificar-se, mas “as palavras custam a sair”, seria por que se trata de um “traidor”? Aos outros, o autor não parecia ter dificuldades de justificar-se.

Mané sabe da dificuldade do *status*, ou do título de traidor e mostra, a partir de sua narração, que uma divisão tão simplista entre herói e traidor não cabe em circunstâncias de completa perda de sentido e de controle do próprio corpo. Calveiro discorre sobre o fato de que não se pode cair em versões heroicas da história, ou seja, “é comum utilizar a aparente oposição entre heróis e traidores, como dois extremos, o bem e o mau, em preto e branco, para delimitar a diver-

¹⁰ Recorro a esta obra porque acredito que ilumina uma série de questões sobre o processo de escrita de *K. - relato de uma busca* (2011). O livro recém-lançado pode ser lido como uma espécie de sequência de *K.*, no sentido que esclarece algumas questões que parecem ter ficado apagadas, ou confusas, ou decerto muito questionadas pela crítica e pela recepção da obra primeira.

¹¹ Tal dado foi modificado na segunda edição, da editora Cosac Naify, pelo autor, provavelmente depois do pedido do visitante.

cidade de condutas possíveis e isso não passa de uma reprodução da lógica binária” (CALVEIRO, 2013, p.120). De acordo com a cientista política, as lógicas totalitárias, binárias e militares que constituem o outro, o diferente, como perigoso devem ser extintas. Essa construção tipicamente militarizada que reduz a realidade política aos termos de um enfrentamento militar, de uma guerra, é ainda própria da Guerra Fria, em que o mundo se dividia em dois grandes blocos.

Mesmo os personagens dos militares, nas obras, não são retratados como facínoras simplesmente, mas há nuances, fronteiras com linhas borradas, que os dividem em “os outros”. Em “A cadela”, o leitor tem acesso à voz narrativa de um militar, em um registro de fala completamente diferente, em que debate o que fazer com a cadela do casal, Baleia. Na sua visão estereotipada, a cadela “de madame” não poderia ser dos *terroristas*, pois não combinava. Ao falar em sacrificar a cadela que o culpabiliza com o olhar e com o latido, o chefe se opõe, exigindo que cuidassem bem do animal e o alimentasse com filé mignon. O militar afirma: “o pior foi ontem, quando eu falei em sacrificar a cadela, levei o maior esporro, me chamou de desumano, e covarde, que quem maltrata é covarde; quase falei para ele: e quem mata esses estudantes coitados, que têm pai e mãe” (KUCINSKI, 2014, p.65). A presença da cadela reafirma a morte “desses estudantes” perante o olhar do militar, é como alguém que percebe o que fez, se delata e se culpa.

Hannah Arendt, em sua obra polêmica *Eichmann em Jerusalém* (1999), trata da cobertura do julgamento de Eichmann, um SS cuja função era organizar deportações em massa de judeus na Europa. Arendt defende que, ao contrário do que se poderia imaginar - ou até mesmo querer -, o alemão não era um “monstro” ou um “doente”. Em *Responsabilidade e julgamento*, Arendt esclarece a polêmica teo-

ria acerca de uma “banalidade do mal”, a qual centrava-se no fato de que, ao analisar o julgamento do nazista Eichmann, percebeu que se tratava “fenômeno dos atos malignos, cometidos numa escala gigantesca, que não podiam ser atribuídos a nenhuma particularidade de maldade, patologia ou convicção ideológica do agente, cuja única distinção pessoal era uma superficialidade talvez extraordinária” (2004, p.227). Dessa forma, a filósofa defende que a prerrogativa de praticar o mal - não só pela omissão quanto pela perpetração - está na ausência de qualquer motivo ou estímulo particular. A filósofa ainda afirma que mesmo que tenham acontecido milhares de genocídios com milhões de vítimas ao longo da História, o cerne moral da questão se deu dentro da estrutura de uma ordem legal, no caso do nazismo, no qual a ‘nova lei’ consistia em ‘Matarás’ não apenas teu inimigo, mas inclusive pessoas inocentes.

As premissas em que se baseia Arendt sobre a “banalidade do mal” remetem a uma moralidade que se quebrou no contexto de guerra e que fazem com que pessoas aparentemente “normais” mudem todos os seus preceitos morais e éticos, a exemplo dos militares em “A cadela”; para eles, quando se tratava de um terrorista ou subversivo, havia motivos suficientes para justificar a sua morte.

Em outro capítulo intitulado “O livro da vida militar”, o narrador apresenta um general de quatro estrelas, que foi destituído do comando e do Exército por ter se oposto ao golpe, que agora faz um “inventário” de ex-colegas, “como se estivesse classificando uma coleção de aracnídeos” (KUCINSKI, 2014, p.138). Descrições como “esse vende a própria mãe”, “esse outro além de vender a mãe, entrega”, “este aqui é o mais inteligente e o mais cruel” são dadas aos ex-colegas à medida que observa suas fotos. O rol de descrições passa pelos organizadores do golpe até militares que se opuseram à sua

perpetração. Como forma de “subir” na carreira militar, o narrador aponta para a “bajulação e subserviência”, típica da estrutura burocrática do Exército.

O narrador também afirma a mudança do *éthos* militar, no sentido de uma “nova lógica de valores” invertida. Na estrutura de poder, havia uma nova forma de agir que não podia ser a do questionamento, ou da oposição, mas aquela de ver no outro o inimigo, seja ele “o artista de teatro, o jovem ingênuo, a menina rebelde” (KUCINSKI, 2014, p.143). Refere-se também a casos de militares que não aceitaram o golpe e desistiram da carreira, ou ainda de um militar que, apesar de extrema direita, se opôs às torturas e mandou parar tudo na hora. Assim que saiu, entretanto, recomeçaram tudo, porque “ele não demitiu ninguém, não denunciou, nem internamente, nem ao público” (KUCINSKI, 2014, p.143). A representação diversa também aponta para o fato de que as Forças Armadas não podiam ser simplificadas a um grupo todo que concordava com execuções e torturas, mas como um grupo de pessoas que “obedecia às ordens” e seguia “a lei”, ou seja, acompanhava a nova moral a que estava exposto.

Para além das Forças Armadas em si, em *K.*, há uma passagem que dialoga diretamente com pessoas que fazem parte das engrenagens da ditadura: quando K. entra em contato com um médico que se dispõe a olhar as fotos da filha e identificar se a reconhecia da sala de tortura. O profissional era responsável por impedir que o torturado morresse antes de revelar as informações de interesse das Forças Armadas. K. questiona-se o porquê de tal ação: quem faria “por motivos obscuros, dificilmente para expiar culpa, já que um tipo desses é como um animal, sem noção do certo e do errado” (KUCINSKI, 2014, p.116). Aqui parece que, mesmo que o médico tenha se disposto a

olhar as fotos - provavelmente a mando de alguém ou ainda para expiar as culpas -, K. sente a necessidade de inseri-lo numa lógica do “mal”, de um “animal”. Entretanto, durante o seu trajeto de busca e o contato com outros informantes, por exemplo, o pai percebe que o papel e a atuação de cada um não são tão fixos, preto no branco: mas cinza.

Nessa ‘zona cinzenta’ de atuação estão não só os informantes, a que me referi anteriormente, mas grande parte das pessoas que atuavam de alguma forma na manutenção do sistema, seja a partir da omissão, e que são questionadas e responsabilizadas. Alguns dos exemplos já foram aqui citados, como o caso dos professores da USP; o rabino que recusou o *matzeivá*; dirigentes de organizações internacionais que se omitiam; a própria comunidade judaica; militares que sabiam das torturas, mas não as impediam; entre outros.

Outro personagem bastante oscilante - e citado de diferentes formas - na narrativa de Kucinski é o delegado do DOPS, Sérgio Fleury. Ainda que no capítulo que em temos acesso à sua voz, “A abertura”, o delegado seja descrito como um dos maiores responsáveis pelas torturas e assassinatos - o que corresponde aos fatos históricos, inclusive -, a construção do personagem não aponta *apenas* para o seu papel facínora, mas também para o fato que, para outras pessoas, havia uma *humanidade* em si. É o caso de sua amante, por exemplo, que em circunstância de total abuso, opressão e vulnerabilidade, apaixona-se pelo delegado. A própria personagem questiona-se “como é que um homem assim, tão bom comigo, pode ser tão ruim com os outros” (KUCINSKI, 2014, p.106). A própria personagem caminha sob a corda bamba do “bem” e do “mal”, pois ao mesmo tempo em que procura salvar o irmão e tenta auxiliar familiares de desaparecidos, envolve-se com Fleury. Não há definição que dê conta

de sua responsabilização, seja porque o caso iniciou-se a partir de um abuso, seja pela sua omissão, ou ainda pela tentativa de auxiliar os familiares.

Jesuína, trabalhadora da Casa da Morte, também se refere a Fleury e aos militares como “bons consigo”. Conseguiram um emprego, a retiraram da prisão e agora se preocupavam em lhe conseguir uma aposentadoria. Ainda que se saiba que as motivações eram provavelmente que superasse também para que não os entregasse, frente ao fim da Casa, a experiência com tais militares, em especial com Fleury, era positiva.

A situação é a mesma em relação a outros personagens que, ao se omitirem, ou ao auxiliarem a manutenção do sistema, tampouco diminuem a sua responsabilidade. Não se trata de uma *culpa coletiva*, entretanto, porque como aponta Jaspers (1998) e Arendt (2004) - sobre o contexto alemão - quando se culpa a todos, não se culpa ninguém, também porque a “culpa, ao contrário da responsabilidade, sempre selecionada, é estritamente individual” (ARENDT, 2004, p. 214); trata-se, assim, de um entendimento de que, como cidadãos que pertencem a um Estado, somos responsáveis pela ação de tal Estado. Ainda que tal responsabilização seja limitada, no caso da vida em comunidade, a responsabilidade política pode ser atribuída. Em casos como Fleury, evidentemente, a culpa não é só política, como criminal, mas no caso dos personagens a que me referi nessa ‘zona cinzenta’, os civis, se aponta também para a responsabilidade frente às atrocidades cometidas. Não se diminui o seu papel porque não são *estritamente* “monstros” ou “vilões”, nem ao menos se recai em uma “teoria dos dois demônios”, mas é necessário esclarecer os papéis nas engrenagens. De acordo com Arendt:

Nenhum padrão moral, individual e pessoal de conduta será capaz de nos escusar da responsabilidade coletiva. Essa responsabilidade vicária por coisas que não fizemos, esse assumir consequências por atos que somos inteiramente inocentes, é o preço que pagamos pelo fato de levarmos a nossa vida não conosco mesmos, mas entre nossos semelhantes. (2004, p.225).

Nesse sentido, a responsabilidade recai sobre cada um e cada uma, e as formas de reparação coletiva ainda são exigidas, no tempo presente. A escrita perpassa exatamente tentativa de desocultamento do passado e de uma outra tentativa de restituição, ainda que se constitua exatamente sob a falta, o resto, o vazio. Ao contrário do que querem os “donos do poder”, do passado e de agora, a literatura simboliza uma necessidade de abertura para o que estes escondem e apagam e que pode reemergir de outra forma, a partir das vítimas sobreviventes. Tal possibilidade não diminui ou retira a importância de um trabalho efetivo no campo jurídico e de política de Estado, a partir de outras formas de reparação, mas ao menos inscreve a fratura da experiência traumática.

Referências

- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e julgamento**. Tradução de Rosaura Einchenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985, 10 edição.
- BEZERRA, Kátia da Costa. Que bom te ver viva: vozes femininas reivindicando uma outra história. **Estudos de Literatura Brasileira Con-**

temporânea, Brasília, n. 43, p. 35-48, 2014.

CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento**. Tradução de Fernando Correa Prado. São Paulo: Boitempo, 2013.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo, SP: Ática, 1998.

KUCINSKI, Bernardo. **K.** - relato de uma busca. São Paulo, Cosac Naify, 2014.

_____. **Os visitantes**: novela. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

JASPERS, Karl. **El problema de la culpa**. Tradução de Román Gutiérrez Cuartango. Barcelona: Ediciones Paidós, 1998.

LEVI, Primo. **É isto um homem?**. Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MELO, Demian Bezerra. Ditadura 'civil-militar'? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. In: **Espaço plural**. Marechal Cândido Rondon: Edunioeste, ano XII, nº27, 2012.

PANTOJA-SARMENTO, Tania. *Cinema e Literatura*: Resistência política e representações do herói guerrilheiro em "Pessach, a travessia" e "Cabra-cega". In: **Nonada Letras em Revista**, Centro Universitário Ritter dos Reis, v.1, n.22, 2014.

QUE BOM te ver viva (1989). Direção: Lúcia Murat. Produção: Kátia Cop e Maria Helena Nascimento. Distribuidora: Casablanca. DVD (98 min.).

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Imagens precárias: inscrições tênues de violência ditatorial no Brasil. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 43, p. 13-34, 2014.

TAPAJÓS, Renato. **Em câmara lenta**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

VEZZETTI, Hugo. **Sobre la violencia revolucionaria: memorias y olvidos**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

Artigo recebido em: 04/08/2017

Aceito em: 31/01/2018